



## CARGO 4: CONTADOR – CLASSE A, PADRÃO I

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
**Começar já é metade de toda ação.**  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para o texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8 Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

Aplicação 2014

PROVAS OBJETIVAS  
E DISCURSIVA

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ

#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS  
0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

**cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### A origem da polícia no Brasil

1 Polícia é um vocábulo de origem grega (*politeia*) que  
passou para o latim (*politia*) com o mesmo sentido: governo de  
4 uma cidade, administração, forma de governo. No entanto, com  
o decorrer do tempo, assumiu um sentido particular, passando  
a representar a ação do governo, que, no exercício de sua  
7 missão de tutela da ordem jurídica, busca assegurar a  
tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra  
violações e malefícios.

No Brasil, a ideia de polícia surgiu nos anos 1500,  
10 quando o rei de Portugal resolveu adotar um sistema de  
capitanias hereditárias e outorgou uma carta régia a Martim  
Afonso de Souza para estabelecer a administração, promover  
13 a justiça e organizar o serviço de ordem pública, como melhor  
entendesse, em todas as terras que ele conquistasse. Registros  
históricos mostram que, em 20 de novembro de 1530, a polícia  
16 brasileira iniciou suas atividades, promovendo justiça e  
organizando os serviços de ordem pública.

Internet: <www.ssp.sp.gov.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto acima,  
julgue os seguintes itens.

- 1 Sem prejuízo da coerência textual, a palavra “tutela” (l.6) poderia ser substituída por **proteção**. **JUSTIFICATIVA – Tutelar e proteger são sinônimos.**
- 2 Não haveria prejuízo das informações veiculadas no texto, caso se substituísse “No entanto” (l.3) por **Portanto**. **JUSTIFICATIVA – A locução “No entanto” tem sentido adversativo e “portanto”, sentido conclusivo.**
- 3 O referente dos sujeitos das orações expressas pelas formas verbais “assumiu” (l.4) e “busca assegurar” (l.6) é o termo “Polícia” (l.1). **JUSTIFICATIVA – O sujeito da oração expressa pela forma verbal “busca assegurar” é o pronome “que”, cujo antecedente é “governo”.**
- 4 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o último período poderia ser reescrito da seguinte forma: Segundo registros históricos, a polícia brasileira iniciou suas atividades em 20 de novembro de 1530, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública. **JUSTIFICATIVA – A estrutura gramatical está correta, e o sentido do texto preservado.**
- 5 Conclui-se do texto que, atualmente, o termo polícia tem significado equivalente ao que apresentava em sua origem. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o texto, o termo polícia assumiu um sentido “particular”, portanto, mais restrito.**

1 A história constitucional brasileira está repleta de  
referências difusas à segurança pública, mas, até a Constituição  
Federal de 1988 (CF), esse tema não era tratado em capítulo  
4 próprio nem previsto mais detalhadamente no texto  
constitucional.

A constitucionalização traz importantes consequências  
7 para a legitimação da atuação estatal na formulação e na  
execução de políticas de segurança. As leis acerca de  
segurança, nos três planos federativos de governo, devem estar  
10 em conformidade com a CF, assim como as respectivas  
estruturas administrativas e as próprias ações concretas das  
autoridades policiais. Devem ser especialmente observados os  
13 princípios constitucionais fundamentais — a república, a  
democracia, o estado de direito, a cidadania, a dignidade da  
pessoa humana — bem como os direitos fundamentais — a  
16 vida, a liberdade, a igualdade, a segurança. O art. 144 deve ser  
interpretado de acordo com o núcleo axiológico do sistema  
constitucional em que se situam esses princípios fundamentais.

Cláudio Pereira de Souza Neto. *A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas*. Internet: <www.oab.org.br> (com adaptações).

Com relação às ideias e a aspectos gramaticais desse texto, julgue os itens de 6 a 10.

- 6 Depreende-se do texto que uma das consequências da constitucionalização da segurança pública foi o amparo legal para a atuação do Estado em ações que visam à segurança. **JUSTIFICATIVA – É o que se depreende do seguinte trecho: “A constitucionalização traz importantes consequências para a legitimação da atuação estatal na formulação e na execução de políticas de segurança”.**
- 7 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se suprimisse a vírgula antes da conjunção “mas” (l.2). **JUSTIFICATIVA – Nesse caso, a vírgula é obrigatória, pois separa oração coordenada adversativa.**
- 8 Sem prejuízo para o sentido original e a correção gramatical do texto, o segundo período do segundo parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: As leis que dispõem sobre segurança devem estar em conformidade com a CF tanto nos três planos federativos de governo quanto nas respectivas estruturas administrativas e nas próprias ações concretas das autoridades policiais. **JUSTIFICATIVA – A alteração da ordem dos elementos na estrutura gramatical prejudica o sentido original do texto e o emprego da forma verbal “dispõem”, no singular, prejudica a correção gramatical.**

- 9 Na linha 2, o emprego do acento indicativo de crase em “à segurança pública” justifica-se pela regência do termo “difusas” e pela presença do artigo definido **a** antes de “segurança pública”. **JUSTIFICATIVA – O acento justifica-se pela regência do termo “referência” e pela presença do artigo definido a antes de “segurança pública”.**
- 10 Mantendo-se a coerência e a correção gramatical do texto, o trecho “em que se situam esses princípios fundamentais” (l.18) poderia ser substituído por **aonde se situam esses princípios fundamentais**. **JUSTIFICATIVA – A substituição de em que por aonde prejudica a correção gramatical do texto.**

Senhor Ministro,

Convido Vossa Excelência a participar da sessão de encerramento do Fórum Nacional da Educação Básica, a se realizar em 18 de maio de 2014, às 20 horas, no auditório do Ministério da Educação, localizado na Esplanada dos Ministérios, nesta capital.

Considerando o fragmento de comunicação oficial acima, julgue os itens a seguir, com base no **Manual de Redação da Presidência da República**.

- 11 Caso o fragmento apresentado seja parte de um ofício, nele devem ser incluídos o endereço do destinatário, o nome do órgão ou setor do remetente e respectivos endereço postal, telefone e endereço de correio eletrônico. **JUSTIFICATIVA – Segundo o MRPR, em seu item 3.3.2, o ofício segue o padrão ofício e deve conter, além do nome e do cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação, o endereço. Além disso, deve constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício o nome do órgão ou setor, o endereço postal e o telefone e endereço de correio eletrônico do remetente.**
- 12 Caso o remetente dessa comunicação seja um ministro de Estado, o fecho adequado será **Atenciosamente**. **JUSTIFICATIVA – Em razão de os ministros — remetente e destinatário — serem autoridades de mesma hierarquia, o fecho adequado, nesse caso, é “Atenciosamente”.**

A respeito das correspondências oficiais, julgue os próximos itens.

- 13 Os termos técnicos, as siglas, as abreviações e os conceitos específicos empregados em correspondências oficiais prescindem de explicação. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o referido manual, para fins de clareza, deve-se revisar o texto e “explicitar, desenvolver, esclarecer, precisar os termos técnicos, o significado das siglas e abreviações e os conceitos específicos que não possam ser dispensados” (item 1.4).**
- 14 Tanto o memorando quanto o telegrama caracterizam-se pela celeridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo o referido manual, o memorando tem como característica principal a agilidade e o telegrama deve ser usado em situações de urgência, logo ambos caracterizam-se pela celeridade.**
- 15 O documento adequado para um ministro de Estado submeter ao presidente da República projeto de ato normativo é a exposição de motivos; o adequado para ministro de Estado dirigir-se a outro ministro de Estado, independentemente da finalidade da comunicação, é o aviso. **JUSTIFICATIVA – Conforme o MRPR, em regra, a exposição de motivos é dirigida por ministro de Estado ao presidente da República para informá-lo de um assunto, propor alguma medida ou submeter a sua consideração projeto de ato normativo. Para a comunicação com autoridade de mesma hierarquia (no caso, outro ministro), o documento adequado é o aviso.**

Considere que, em um conjunto  $S$  de 100 servidores públicos admitidos por concurso público, para cada  $x = 1, 2, 3, \dots, S_x$ , seja o subconjunto de  $S$  formado pelos servidores que prestaram exatamente  $x$  concursos até que no concurso de número  $x$  foram aprovados pela primeira vez; considere, ainda, que  $N_x$  seja a quantidade de elementos de  $S_x$ . A respeito desses conjuntos, julgue os itens a seguir.

- 16 Considere que  $S_x$  para  $x = 1, 2, 3$  e  $4$  represente conjuntos não vazios. Nessa situação, a probabilidade de um servidor público selecionado ao acaso no conjunto  $S$  ter prestado no máximo 4 concursos até ser aprovado pela primeira vez é igual  $\frac{N_4}{100}$ .

**JUSTIFICATIVA – Um servidor que tenha prestado no máximo 4 concursos pertencerá ao conjunto  $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup S_4$ , cujo número de elementos é  $N_1 + N_2 + N_3 + N_4$ . Assim, a probabilidade requerida é  $\frac{N_1 + N_2 + N_3 + N_4}{100}$ .**

- 17 O conjunto  $S_1 \cup S_2 \cup S_3 \cup \dots$  contém todos os servidores do conjunto  $S$ . **JUSTIFICATIVA – Basta notar que, pela definição do conjunto  $S_x$ , cada servidor de  $S$  deve ser elemento de algum  $S_x$ .**
- 18 Existem dois números inteiros,  $a$  e  $b$ , distintos e positivos, tais que  $S_a \cap S_b$  é não vazio. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto  $S_x$ , um servidor que pertença a tal conjunto terá prestado exatamente  $x$  concursos até ser aprovado pela primeira vez, de modo que não poderá pertencer a outro conjunto. Assim, quaisquer dois conjuntos  $S_a$  e  $S_b$ , com  $a$  e  $b$  distintos, são disjuntos.**
- 19 Se  $N_6 = 15$ , então 15 servidores do conjunto  $S$  prestaram 6 concursos e foram aprovados pela primeira vez no sexto concurso que prestaram. **JUSTIFICATIVA – Pela definição do conjunto  $S_6$ , tal conjunto coleciona os servidores que prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez. Como  $N_6$  indica o número de elementos desse conjunto, a hipótese prevista no item garante que 15 servidores do conjunto  $S$  prestaram pelo menos 6 concursos até serem aprovados pela primeira vez.**
- 20 Se  $a$  e  $b$  forem números inteiros positivos e  $a \leq b$ , então  $N_a \leq N_b$ . **JUSTIFICATIVA – Os dados apresentados não permitem estabelecer uma relação entre o número de servidores que prestaram exatamente  $a$  concursos até serem aprovados pela primeira vez assim como o número de servidores que prestaram exatamente  $b$  concursos para tal.**

Ao planejarem uma fiscalização, os auditores internos de determinado órgão decidiram que seria necessário testar a veracidade das seguintes afirmações:

- P: Os beneficiários receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho.
- Q: Há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho.
- R: A programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho é adequada.

A respeito dessas afirmações, julgue os itens seguintes, à luz da lógica sentencial.

- 21 Se as afirmações Q e R forem verdadeiras, será verdadeira a seguinte proposição: “Se não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, então a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não é adequada.” JUSTIFICATIVA – A proposição do item pode ser expressa por  $\sim q \rightarrow \sim r$ . Pelas hipóteses previstas no item, q e r são verdadeiras, de modo que são falsos o precedente e o consequente da proposição do item, que é, pois, verdadeira.
- 22 O seguinte argumento é um argumento válido: “Se a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho fosse adequada, haveria disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho. Se houvesse disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos previstos no plano de trabalho, os beneficiários teriam recebido do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Mas os beneficiários não receberam do órgão os insumos previstos no plano de trabalho. Logo, a programação de aquisição dos insumos previstos no plano de trabalho não foi adequada.” JUSTIFICATIVA – O argumento do item tem por premissas as proposições  $r \rightarrow q$ ,  $q \rightarrow p$  e  $\sim p$  e por conclusão a proposição  $\sim r$ . Da veracidade das premissas  $\sim p$  e  $q \rightarrow p$  conclui-se que a proposição q é falsa. Diante disso e da veracidade da premissa  $r \rightarrow q$ , conclui-se que a proposição r é falsa. Assim, a conclusão  $\sim r$  é verdadeira.
- 23 A negação da afirmação Q pode ser corretamente expressa por “Não há disponibilidade, no estoque do órgão, dos insumos não previstos no plano de trabalho”. JUSTIFICATIVA – A negação correta seria: “Não há, no estoque do órgão, disponibilidade dos insumos previstos no plano de trabalho”.

Acerca de conceitos de informática, julgue os itens a seguir.

- 24 A ativação do *firewall* do Windows impede que *emails* com arquivos anexos infectados com vírus sejam abertos na máquina do usuário. JUSTIFICATIVA – *Firewall* não faz análise de vírus de anexos de *email*.
- 25 *Phishing* é um tipo de *malware* que, por meio de uma mensagem de *email*, solicita informações confidenciais ao usuário, fazendo-se passar por uma entidade confiável conhecida do destinatário. JUSTIFICATIVA – O *phishing* lidera hoje o roubo de identidade de usuários, é engenharia social e usa mensagens de *email* para solicitar informações confidenciais dos clientes.
- 26 A computação em nuvem, mecanismo muito utilizado atualmente, dispensa o *hardware* para armazenamento de dados, que ficam armazenados em *softwares*. JUSTIFICATIVA – O armazenamento de dados ocorre em *hardwares*, no entanto o usuário desconhece onde eles estão. Sempre é necessário *hardware* para guardar dados.

- 27 Por ser o Linux o *kernel*, ou seja, o sistema operacional em si, para que ele funcione, será necessária a sua instalação em conjunto com outros aplicativos ou utilitários, especialmente em distribuições como Debian e Ubuntu. JUSTIFICATIVA – O Linux é o kernel apenas e demanda usar uma das distribuições disponíveis para funcionar adequadamente.
- 28 O DualBoot permite que dois sistemas operacionais sejam instalados e utilizados simultaneamente em uma mesma máquina. JUSTIFICATIVA – Os sistemas não podem ser utilizados simultaneamente, mas um de cada vez, selecionados durante o *boot*.
- 29 O Microsoft Word apresenta a opção de criar documentos em colaboração, que permite que duas ou mais pessoas possam revisar e alterar um mesmo documento. Para tanto, o Word oferece modos de marcação e destaque para as partes do texto alteradas. JUSTIFICATIVA – Essa é funcionalidade da opção de colaboração, disponível no Word para edição simultânea de documentos.
- 30 No Microsoft Excel, a opção Congelar Painéis permite que determinadas células, linhas ou colunas sejam protegidas, o que impossibilita alterações em seus conteúdos. JUSTIFICATIVA – Quando se congelam painéis, congela-se o painel superior ou o esquerdo, ou ambos, para manter os títulos fixos enquanto se rola uma planilha.

No que se refere ao regime jurídico administrativo, aos poderes da administração pública e à organização administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 31 São características das sociedades de economia mista: criação autorizada por lei; personalidade jurídica de direito privado; sujeição ao controle estatal; estruturação sob a forma de sociedade anônima. JUSTIFICATIVA – A criação autorizada por lei, a personalidade de direito privado, a sujeição ao controle estatal e a necessidade de ser estruturada sob a forma de sociedade anônima (prevista no art. 5.º do DL n.º 200/1967), são características das sociedades de economia mista.
- 32 Em face do princípio da isonomia, que rege toda a administração pública, o regime jurídico administrativo não pode prever prerrogativas que o diferenciem do regime previsto para o direito privado. JUSTIFICATIVA – O regime jurídico administrativo resume-se a prerrogativas e sujeições. É uma particularidade do direito administrativo o fato de que suas normas se caracterizam pelas prerrogativas sem equivalentes nas relações privadas. Assim, a administração pública possui prerrogativas e privilégios.
- 33 Configura descentralização administrativa o ato de criação, pela administração direta, de órgão público para a distribuição interna de determinada atribuição. JUSTIFICATIVA – A atividade administrativa pode ser prestada de duas formas, uma é a centralizada, pela qual o serviço é prestado pela administração direta, e a outra é a descentralizada, em que a prestação é deslocada para outras pessoas jurídicas. Assim, descentralização consiste no fato de a administração direta deslocar, distribuir ou transferir a prestação do serviço para a administração indireta (ou seja, outra pessoa jurídica) ou para o particular. Desse modo, a hipótese prevista é caso de desconcentração administrativa, e não de descentralização, pois trata de criação de órgão.

Julgue os itens a seguir, no que concerne aos atos administrativos e ao controle da administração pública.

- 34 Recursos administrativos são todos os meios utilizáveis pelos administrados para provocar o reexame do ato administrativo pela administração pública e, pelo fato de o processo administrativo ter impulso de ofício, tais recursos não podem ter efeito suspensivo em hipótese alguma. **JUSTIFICATIVA – Embora recursos administrativos sejam considerados os meios que os administrados podem utilizar para provocar o reexame do ato pela administração pública, tais recursos têm efeito devolutivo e podem ter efeito suspensivo, caso a lei expressamente o preveja.**
- 35 Suponha que uma autoridade administrativa delegue determinada competência a um subordinado e que, no exercício dessa delegação, este pratique ato ilegal que fira direito líquido e certo. Nessa situação, eventual mandado de segurança deve ser impetrado em face da autoridade delegante. **JUSTIFICATIVA – Caberá mandado de segurança em face da autoridade delegada quando o ato tiver sido praticado por ela, no exercício do poder que lhe tenha sido delegado pela autoridade delegante.**
- 36 Mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. **JUSTIFICATIVA – Merecimento ou mérito administrativo é a margem de liberdade conferida por lei aos agentes públicos para escolherem, diante da situação concreta, a melhor maneira de atender ao interesse público. É um juízo de conveniência e oportunidade.**
- 37 Anulação de ato administrativo consiste na extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, sem eficácia retroativa. **JUSTIFICATIVA – Embora a anulação ou invalidade de ato administrativo seja a extinção de um ato ilegal determinada pela administração ou pelo poder judiciário, há na nulidade eficácia retroativa, ou seja, *ex tunc*.**

Julgue os itens subsecutivos, relativos aos agentes públicos e à ética no serviço público.

- 38 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, tratar mal um cidadão significa causar-lhe dano moral. **JUSTIFICATIVA – O decreto n.º 1.171/1994, na Seção I do seu anexo, no item IX, dispõe que tratar mal uma pessoa que paga seus tributos direta ou indiretamente significa causar-lhe dano moral.**
- 39 Segundo resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, é vedada a aceitação de presentes por autoridades públicas, independentemente do valor, quando o ofertante tiver interesse pessoal ou profissional em decisão que possa ser tomada, em razão do cargo, pela autoridade. **JUSTIFICATIVA – Segundo a Resolução n.º 3/2000, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.**
- 40 No processo administrativo disciplinar, a não intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes não constitui violação ao contraditório. **JUSTIFICATIVA – A lei n.º 8.112/1990 não prevê essa possibilidade, além disso, a jurisprudência do STF é clara ao indicar que não é necessária a intimação dos indiciados para que possam rebater os relatórios finais das comissões processantes, razão por que não se visualiza violação ao contraditório.**

No que se refere aos princípios fundamentais e à organização do Estado brasileiro, julgue os próximos itens.

- 41 A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal (DF), adota a federação como forma de Estado. **JUSTIFICATIVA – A própria CF traz a expressão República Federativa do Brasil, em seu art. 1.º, *caput*. Portanto a forma de Estado adotada pelo texto de 1988 é a federação e não o Estado Unitário.**
- 42 O estabelecimento pela CF de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos, evidencia a adoção da democracia semidireta ou participativa. **JUSTIFICATIVA – A CF/88 prevê que a democracia seja representativa e, em alguns casos, direta. “Art. 1º. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” De acordo com a doutrina de referência, trata-se da democracia semidireta ou participativa, um “sistema híbrido”, uma democracia representativa, com peculiaridades e atributos da democracia direta.**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, da aplicabilidade das normas constitucionais e da organização do poder judiciário, julgue os itens seguintes.

- 43 No que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, a CF incorpora o princípio da irretroatividade irrestrita da lei penal, em respeito ao princípio da legalidade. **JUSTIFICATIVA – Com a interpretação dos referidos dispositivos constitucionais, é possível afirmar que a CF/88 incorporou a irretroatividade da lei penal mais prejudicial, e, por outro lado, a retroatividade da lei penal mais benéfica. Nesse sentido: “Art. 5.º XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal; XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;”**
- 44 Em caso de grave violação dos direitos internacionais, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados de direitos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal. **JUSTIFICATIVA – O § 5.º do art. 109 da CF/88 prevê esse tipo de deslocamento quando se tratar de crimes relativos a direitos humanos, decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos, nos seguintes termos: “Art. 109. § 5.º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.”**
- 45 A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva pode ser considerada exemplo de norma constitucional de eficácia limitada. **JUSTIFICATIVA – Nos termos do art. 5.º, VII, da CF: “VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;” Isso porque, para produzir efeitos, esse dispositivo constitucional necessitará de regulamentação legal, tendo em vista sua alusão “... nos termos da lei”.**

No que diz respeito à organização político-administrativa do Estado e aos servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

- 46 Lei estadual que autorize a utilização, pela polícia civil do estado, de armas de fogo apreendidas invade a competência privativa da União para legislar sobre material bélico, que, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico, abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas. **JUSTIFICATIVA – Conforme os seguintes artigos da CF:**  
 “Art. 21. Compete à União: (...) VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;  
 Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;”  
 Nesse sentido, também é a jurisprudência do STF:  
 “EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PENAL E MATERIAL BÉLICO. LEI 1.317/2004 DO ESTADO DE RONDÔNIA. Lei estadual que autoriza a utilização, pelas polícias civil e militar, de armas de fogo apreendidas. A competência exclusiva da União para legislar sobre material bélico, complementada pela competência para autorizar e fiscalizar a produção de material bélico abrange a disciplina sobre a destinação de armas apreendidas e em situação irregular. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 3258, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Plenário, DJ de 09.09.2005).
- 47 Compete à União, aos estados, ao DF e aos municípios legislar concorrentemente sobre direito penitenciário, cabendo à União apenas o estabelecimento de normas gerais. **JUSTIFICATIVA – Os municípios não estão inseridos na competência legislativa concorrente para dispor sobre direito penitenciário:**  
 “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
 I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (...) § 1.º – No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.”

Em relação aos Poderes Legislativo e Executivo e à segurança pública, julgue os itens que se seguem.

- 48 A Polícia Federal, organizada e mantida pela União, atua, de forma preventiva e repressiva, no combate a certos delitos, sendo ainda de sua responsabilidade o exercício, com exclusividade, das funções de polícia judiciária da União. **JUSTIFICATIVA – Art. 144, § 1.º, I, II e IV, da CF.**  
 A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:  
 I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;  
 II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;  
 IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- 49 Considere que o Congresso Nacional, para evitar eventual compromisso gravoso ao patrimônio nacional, resolva definitivamente acerca de um tratado internacional. Nessa situação, o ato legislativo, por ser definitivo, deve ser sancionado pelo presidente da República. **JUSTIFICATIVA – A competência mencionada é exclusiva do Congresso Nacional, que não ficará submetida à posterior sanção do presidente da República. Ao contrário, o Congresso Nacional a desempenhará por meio de decreto legislativo:**  
 “Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:  
 I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;”
- 50 O objetivo fundamental da segurança pública, exercida por meio das polícias federal, rodoviária federal, civis, militares e dos corpos de bombeiros militares, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. **JUSTIFICATIVA – Alinha-se ao disposto no art. 144 da CF e seus incisos:**  
 “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:  
 I – polícia federal;  
 II – polícia rodoviária federal;  
 III – polícia ferroviária federal;  
 IV – polícias civis;  
 V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.”

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da legislação societária, julgue os itens subsequentes.

- 51 Na ausência de mercado ativo para um instrumento financeiro, o valor justo desse instrumento pode ser assumido como o valor que se obteria, em um mercado ativo, com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e riscos similares. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o art. 183 da Lei n.º 6.404/1976, e alterações posteriores:**  
 §1.º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei n.º 11.941/2009)  
 d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro: (Incluída pela Lei n.º 11.638/2007)  
 1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares; (Incluído pela Lei n.º 11.638/2007)  
 2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou (Incluído pela Lei n.º 11.638/2007)  
 3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros. (Incluído pela Lei n.º 11.638/2007).
- 52 Os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda constituída no exercício devem ser deduzidos do resultado do exercício para fins de cálculo das participações estatutárias de empregados. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/1976, e alterações posteriores:**  
 Art. 189. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.
- 53 As demonstrações financeiras de companhias abertas — as quais devem ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários — deverão seguir as normas contábeis elaboradas em conformidade com os padrões internacionais adotados nos principais mercados de valores mobiliários. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o art. 177 da Lei n.º 6.404/1976, e alterações posteriores: § 3º As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas a auditoria por auditores independentes nela registrados.**  
 § 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens a seguir.

- 54 O intangível gerado internamente somente deve ser reconhecido como ativo quando se encontrar na fase de desenvolvimento e a entidade que detiver o seu controle puder demonstrar uma série de aspectos exigidos pelo CPC, destinados a indicar que esse intangível é capaz de gerar benefícios econômicos futuros. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível 52. Para avaliar se um ativo intangível gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento, a entidade deve classificar a geração do ativo:**  
 (a) na fase de pesquisa; e/ou  
 (b) na fase de desenvolvimento.
54. Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido. Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos.
57. Um ativo intangível resultante de desenvolvimento (ou da fase de desenvolvimento de projeto interno) deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:  
 (a) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;  
 (b) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;  
 (c) capacidade para usar ou vender o ativo intangível;  
 (d) forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade;  
 (e) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e  
 (f) capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.
- 55 Em conformidade com o regime de competência, os gastos incorridos para a colocação de um ativo imobilizado recém-adquirido por uma entidade em local e condições que permitam o seu funcionamento de acordo com o planejado pela administração devem ser reconhecidos como despesas do período. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado:**  
 16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:  
 (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.  
 Os gastos mencionados no item devem ser, portanto, reconhecidos como custo de aquisição do ativo imobilizado e não como despesa do período.

- 56 A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro: 4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (*going concern assumption*) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações. Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.**
- 57 Para ser enquadrado na definição de ativo, um recurso precisa ser controlado pela entidade em decorrência de eventos passados e ser capaz de gerar benefícios econômicos futuros. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro: 4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:**  
(a) ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.
- 58 A integralização de capital em dinheiro pelos acionistas e a venda à vista de um item do ativo imobilizado são eventos que devem ser classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa: 16. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de investimento são:**  
(b) recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo;  
17. Exemplos de fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento são:  
(a) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais.  
Dessa forma, somente o primeiro evento pode ser classificado como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

- Julgue os seguintes itens, tendo como parâmetro os princípios contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- 59 O lucro bruto evidenciado na demonstração do resultado do exercício, representado pela diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas, é um exemplo da aplicação da simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas, a qual se constitui como um pressuposto do princípio da competência. **JUSTIFICATIVA – De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n.º 1.282, de 28/5/2010:**  
Artigo 9.º O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.  
Parágrafo único. O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.
- 60 De acordo com o princípio da prudência, o contador deve utilizar certo grau de precaução nos julgamentos com vistas à realização de estimativas em condições de incerteza, de modo a evitar que ativos e receitas sejam subestimados e que passivos e despesas sejam superestimados. **JUSTIFICATIVA – De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n.º 1.282, de 28/5/2010:**  
Artigo 10.  
Parágrafo único. O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.
- Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito dos critérios de avaliação de estoques de companhias abertas.
- 61 Uma empresa comercial adquiriu, a prazo, mercadorias para revenda. O preço à vista dessas mercadorias, à época da transação, era de R\$ 200.000,00. Por se tratar de uma compra a prazo, a empresa adquirente acabou se comprometendo a pagar R\$ 210.000,00 pelas mercadorias. Nessa situação, conforme o regime de competência, o procedimento contábil correto a ser adotado pela adquirente para o registro contábil da diferença entre o preço à vista e o preço a prazo das mercadorias é reconhecer tal valor como despesa financeira durante o período do financiamento concedido pelo fornecedor. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC (R1) Estoques: 18. A entidade geralmente compra estoques com condição para pagamento a prazo. A negociação pode efetivamente conter um elemento de financiamento, como, por exemplo, uma diferença entre o preço de aquisição em condição normal de pagamento e o valor pago; essa diferença deve ser reconhecida como despesa de juros durante o período do financiamento.**



62 Uma empresa comercial adquiriu, à vista, mercadorias para revenda por R\$ 1.200.000,00. Nesse valor estavam embutidos R\$ 155.000,00 de ICMS e R\$ 200.000,00 de IPI, mais o gasto adicional de R\$ 1.000,00 com frete e seguro de transporte das mercadorias adquiridas. Nessa situação, o custo de aquisição dessas mercadorias foi inferior a R\$ 1.000.000,00.

**JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC (R1) Estoques:**

11. O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição.

Numa empresa que vende para *consumidor* e compra de *fabricantes*, o IPI deve ser incluído no custo da mercadoria e o ICMS deve ser excluído.

Assim, o custo de aquisição do estoque será obtido da seguinte forma:

Valor pago pelas mercadorias: R\$ 1.200.000,00

(-) ICMS recuperável embutido no preço: R\$ 155.000,00

(+) Frete e seguro de transporte: R\$ 1.000,00

(=) Custo de aquisição: R\$ 1.046.000,00.

Julgue os próximos itens, acerca do ativo imobilizado de companhias abertas.

63 O valor contábil de um ativo imobilizado é o valor pelo qual ele é reconhecido na contabilidade, sendo deduzido da depreciação acumulada e da perda, também acumulada, por redução ao valor recuperável. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 Ativo Imobilizado:**

6. Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Valor contábil é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

64 Uma companhia que detém o controle, os riscos e os benefícios de terrenos que estão sendo utilizados em suas operações deve reconhecê-los como ativos e classificá-los no ativo imobilizado. Se, no entanto, esses terrenos não tiverem uma destinação específica, a companhia deve classificá-los no ativo realizável a longo prazo. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o inciso IV do art. 179 da Lei n.º 6.404/1976, e alterações posteriores:** Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. Nesse sentido, a primeira afirmativa do item está correta. No entanto, os terrenos sem uma destinação específica devem ser classificados no ativo investimentos e não no ativo realizável a longo prazo.

Acerca das regras contábeis que envolvem ativos intangíveis de companhias abertas, julgue os itens que se seguem.

65 O reconhecimento inicial de um ativo intangível deve ser feito por meio de seu custo. Após esse reconhecimento inicial, e se não houver restrição por parte de lei ou norma legal regularmente estabelecida, a entidade pode optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação para atualizar o valor contábil desse ativo. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível:**

24. Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo.

72. A Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis que consta do Pronunciamento Conceitual Básico do CPC prevê que a entidade pode, em determinadas circunstâncias, optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação para a sua política contábil. Quando a opção pelo método de reavaliação não estiver restringida por lei ou norma legal regularmente estabelecida, a entidade deve optar em reconhecer um ativo intangível pelo método de custo (item 74) ou pelo método de reavaliação (item 75). Caso um ativo intangível seja contabilizado com base no método de reavaliação, todos os ativos restantes da sua classe devem ser registrados utilizando o mesmo método, exceto quando não existir mercado ativo para tais itens.

66 Ativos monetários identificáveis e sem substância física devem ser classificados contabilmente como ativos intangíveis. **JUSTIFICATIVA - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) Ativo Intangível:**

Ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física.

Nesse sentido, ativos monetários não podem ser considerados intangíveis para fins contábeis.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de passivos de companhias abertas.

67 Passivos monetários que apresentem juros implícitos embutidos no seu valor devem ser avaliados a valor presente por ocasião do seu reconhecimento inicial. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 Ajuste a Valor Presente:**

9. Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (*fair value*).

68 Uma eventual valorização do real frente ao dólar provocará o aumento do valor do passivo exigível de uma companhia que possui empréstimos a pagar em dólar e a consequente diminuição do resultado do período em que ocorreu essa valorização. **JUSTIFICATIVA – De acordo com a Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores: Art. 184.** No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios: I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço;

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

69 A diferença entre as contas provisão para imposto de renda e imposto de renda a pagar está em que a primeira representa um passivo de prazo ou valor incerto enquanto que a segunda consiste em um passivo que não contempla tal incerteza. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Em relação à utilização de custos para a tomada de decisão, julgue os itens subsecutivos.

- 70 Um aumento no valor dos custos fixos de uma empresa afeta tanto o seu ponto de equilíbrio contábil quanto a margem de contribuição unitária de seus produtos. **JUSTIFICATIVA – O ponto de equilíbrio é calculado da seguinte forma:**  
 **$Custos + Despesas Fixas$**   
**Margem de Contribuição Unitária.**  
**A margem de contribuição unitária é assim calculada:**  
 **$Preço de Venda - (Custos + Despesas Variáveis)$ .**  
 Assim, um aumento dos custos fixos afetará o cálculo do ponto de equilíbrio mas não terá efeito sobre a margem de contribuição unitária.
- 71 Se uma empresa apresenta grau de alavancagem operacional igual a três, então o seu lucro líquido cresce três vezes mais rápido que as suas vendas. **JUSTIFICATIVA – O grau de alavancagem operacional mede, num determinado nível de vendas, como uma variação percentual no volume de vendas afeta os lucros.**

No que concerne a aplicação do método da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos realizados por companhias abertas, julgue os itens seguintes.

- 72 Um imóvel vendido pela investida para a investidora, por valor superior ao seu valor contábil, provoca a geração de resultados não realizados, os quais não devem ser computados no patrimônio líquido da investida para fins de cálculo do resultado da equivalência patrimonial na investidora. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o inciso I do art. 248 da Lei n.º 6.404/1976 e alterações posteriores:**  
 o valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas.
- 73 Os dividendos declarados pela investida em favor da investidora provocam, na contabilidade da investidora, um registro a débito de uma conta patrimonial que representa o direito de receber os dividendos e a crédito de uma conta de resultado que representa o reconhecimento da receita gerada na transação. **JUSTIFICATIVA – De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto:**  
 10. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada, em empreendimento controlado em conjunto e em controlada (neste caso, no balanço individual) deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor. As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. Dessa forma, o erro do item está no registro a crédito, cujo procedimento correto seria fazê-lo na própria conta que representa o investimento realizado, e não em conta de resultado, pois tal resultado já deve ter sido reconhecido no patrimônio da investidora por ocasião da geração do lucro pela investida.

Em 2/12/2013, uma empresa contraiu, junto a uma instituição financeira, empréstimo que deve ser integralmente pago em março de 2015, com juros de 2% ao mês.

Considerando essa situação, julgue os itens a seguir a respeito dos efeitos específicos da referida transação nos índices de liquidez e de endividamento da empresa na data em que lhe foi transferido o valor do empréstimo.

- 74 A relação capital de terceiros/capital próprio não sofreu alteração, ao passo que a participação das dívidas de curto prazo no endividamento total teve uma redução. **JUSTIFICATIVA – A relação capital de terceiros/capital próprio é representada pela seguinte fórmula:**  
 **$exigível\ total\ (passivo\ circulante + exigível\ a\ longo\ prazo)/patrimônio\ líquido$ .** No caso específico, como o passivo exigível a longo prazo aumentou e o patrimônio líquido não sofreu alteração, tem-se que o indicador irá apresentar um valor maior do que o apresentado antes da obtenção do empréstimo. Nesse sentido, o item está errado. Com relação à participação das dívidas de curto prazo no endividamento total ( $passivo\ circulante/exigível\ total$ ), observa-se uma redução no indicador, pois o exigível total aumenta e o passivo circulante permanece inalterado na situação hipotética apresentada.
- 75 Os índices de liquidez corrente, seca e imediata aumentaram enquanto o índice de liquidez geral não sofreu majoração. **JUSTIFICATIVA – O evento alterou simultaneamente o ativo circulante e o passivo não circulante da empresa. Considerando-se as fórmulas dos índices de liquidez,**  
 **$Liquidez\ corrente = Ativo\ Circulante/Passivo\ Circulante$ ;**  
 **$Liquidez\ seca = Ativo\ Circulante\ (-)\ Estoques\ (-)\ Despesas\ Antecipadas/Passivo\ Circulante$ ;**  
 **$Liquidez\ Imediata = Disponibilidades/Passivo\ Circulante$ ;**  
 tem-se que a obtenção do empréstimo, aumenta o numerador de todos esses índices (o ativo circulante e as disponibilidades), mas não afeta o seu denominador, o passivo circulante. Assim, para esses indicadores existe um aumento de valor.  
 No que se refere, no entanto, ao índice de liquidez geral, cuja fórmula, é  $ativo\ circulante + realizável\ a\ longo\ prazo/passivo\ circulante + exigível\ a\ longo\ prazo$ , não há aumento no valor do indicador, pois a transação aumenta o ativo circulante, mas aumenta também o passivo exigível a longo prazo. Nesse caso, o indicador tende a cair.

Com base nos princípios de contabilidade, sob a perspectiva do setor público, e na legislação federal referente à contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

- 76 O sistema de contabilidade federal passa por significativas alterações com vistas à implantação da contabilidade patrimonial no setor público, conforme previsto nas normas legais vigentes, que preveem o dever de o sistema de contabilidade federal evidenciar a situação financeira e patrimonial da União. **JUSTIFICATIVA – Lei n.º 10.180/2001. Art. 14. O Sistema de Contabilidade Federal visa a evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União.**
- 77 Sob o enfoque contábil patrimonial do setor público, devem-se classificar no ativo circulante as aplicações e os investimentos temporários com grau de liquidez definida em face do vencimento até o término do exercício seguinte. **JUSTIFICATIVA – O ativo circulante é organizado de acordo com a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), conforme a seguir especificado: caixa e equivalentes de caixa, créditos de curto prazo, demãos valores e créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias de curto prazo, estoques, variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente etc. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários não destinadas à negociação e que não integrem as atividades operacionais da entidade, resgatáveis até o término do exercício seguinte, além das aplicações temporárias em metais preciosos.**

78 De acordo com o princípio contábil da competência e com a Lei n.º 4.320/1964, a inscrição de despesa de serviços em restos a pagar reduz o patrimônio líquido, haja vista a ocorrência do fato gerador que dá suporte ao registro. **JUSTIFICATIVA** – Resolução CFC n.º 1.282/2010. Art. 9.º O Princípio da competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento. Parágrafo único. O princípio da competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas. Inscrição em restos a pagar não processados: a norma estabelece que, no encerramento do exercício, a parcela da despesa orçamentária que foi empenhada, mas ainda não foi paga, deve ser considerada restos a pagar. Os restos a pagar não processados são aqueles que não atingiram o estágio da liquidação, não tendo sido o serviço prestado. Se não ocorreu fato gerador da despesa, não se atendeu ao princípio da competência para o registro da despesa.

A respeito da composição do patrimônio público, do ativo, do passivo e das variações patrimoniais, julgue os itens que se seguem.

79 No balanço patrimonial da União, o saldo patrimonial corresponde à diferença entre o ativo real e o passivo real, sendo também igual ao patrimônio líquido, sob o enfoque patrimonial, conforme a estrutura do balanço definida no manual de contabilidade aplicada ao setor público, da Secretaria do Tesouro Nacional. **JUSTIFICATIVA** – Os ativos e passivos financeiros e permanentes são avaliados para a definição do saldo patrimonial. Algumas transações que afetam o ativo real (exemplo do empenho que afeta o passivo financeiro) não têm influência do patrimônio líquido (enfoque patrimonial, contábil). Nesse caso, o patrimônio líquido fica diferente do saldo patrimonial.

80 A amortização da dívida pública constitui uma variação patrimonial qualitativa, na medida em que corresponde a fato contábil permutativo da despesa de capital. **JUSTIFICATIVA** – As decisões dos gestores que não alteram a situação líquida patrimonial são denominadas de variações qualitativas, pois decorrem de fatos permutativos, tais como de amortização da dívida.

81 O registro contábil do recebimento de veículo doado à Polícia Federal corresponde a fato extraorçamentário, o qual é apresentado na demonstração das variações patrimoniais como variação patrimonial quantitativa. **JUSTIFICATIVA** – Incorporação de bens móveis por doação corresponde à variação modificativa aumentativa na demonstração das variações patrimoniais. Doação é independente do orçamento, extraorçamentário.

82 O resultado patrimonial deficitário enseja que a soma das variações patrimoniais diminutivas com o déficit patrimonial do exercício seja igual às variações patrimoniais diminutivas. **JUSTIFICATIVA** – No caso de déficit patrimonial, as variações patrimoniais aumentativas são menores que as variações patrimoniais diminutivas. Portanto, variação patrimonial aumentativa somada a déficit é igual à variação patrimonial diminutiva ( $VPA + D = VPD$ ). Exemplo:  $80(VPA) + 20(D) = 100(VPD)$ . Nesse caso, a soma das variações patrimoniais aumentativas com o déficit equivale ao total das variações patrimoniais diminutivas.

83 Na composição do patrimônio público, as provisões, por constituírem contas de despesas ou retificadoras do ativo, envolvem certo grau de incerteza quanto ao seu valor e à data prevista de pagamento, sendo, por isso, excluídas do exigível de curto prazo. **JUSTIFICATIVA** – Provisões são obrigações existentes da entidade provenientes de eventos passados e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potencial de serviços, com a característica de terem algum grau de incerteza quanto ao valor e à data prevista de pagamento. O passivo circulante compreende as obrigações conhecidas e estimadas, tais como as provisões de curto prazo.

Em relação a mensuração de ativos, reavaliação, teste de recuperabilidade, *impairment*, depreciação, amortização e exaustão, julgue os próximos itens.

84 Para a realização do teste de recuperabilidade de um ativo intangível, deve-se considerar que o seu valor recuperável advém da comparação entre o valor justo e o valor em uso, sendo, dos dois, o maior. **JUSTIFICATIVA** – Quando o valor contábil for superior ao valor recuperável, ocorrerá uma perda por redução ao valor recuperável do ativo, que reflete, portanto, um declínio na utilidade de um ativo para a entidade que o controla. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação de um ativo e o seu valor em uso. Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

85 A amortização de ativo intangível, independentemente de sua vida útil, deve ser suspensa a partir do momento em que o bem for classificado como disponível para venda, voltando a ser depreciado normalmente se essa situação for revertida. **JUSTIFICATIVA** – A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso. A amortização deve cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda, quando estiver totalmente amortizado ou na data em que ele é baixado, o que ocorrer primeiro. O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

86 Segundo as normas contábeis em aplicação na União, na reavaliação de bens do ativo imobilizado deve-se comparar o valor contábil líquido da depreciação com o valor reavaliado para que se faça a atualização, de que pode decorrer ganho ou perda em função do ajuste. **JUSTIFICATIVA** – A entidade deve observar que, quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado. O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição (ganho ou perda) no valor contábil registrado. Uma vez adotado o método da reavaliação, esta não pode ser realizada de forma seletiva, ou seja, deve-se avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há necessidade de se proceder à reavaliação de todos os itens da mesma classe. Isso pode ensejar aumentos ou diminuições de valores contábeis de ativos, já que o método tem por principal referência o valor de mercado.

87 Os valores de bens registrados no ativo imobilizado ou intangível podem ser aumentados em função de reavaliação ou de teste de *impairment*. **JUSTIFICATIVA** – Uma vez adotado o método da reavaliação, esta não pode ser realizada de forma seletiva, ou seja, deve-se avaliar, na data das demonstrações contábeis, se há necessidade de se proceder à reavaliação de todos os itens da mesma classe. Isso pode ensejar aumentos ou diminuições de valores contábeis de ativos, já que o método tem por principal referência o valor de mercado. O *impairment* é a desvalorização de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Em função do teste de *impairment*, o valor contábil não pode ser aumentado.

Em relação à mensuração de passivos, provisões, tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições e sistemas de custos, julgue os itens subsecutivos.

- 88 A receita tributária deve ser reconhecida em função da ocorrência do fato gerador, diante do que, caso uma entidade receba recursos antes da ocorrência de um evento tributável, registra-se uma variação patrimonial aumentativa. **JUSTIFICATIVA** – No curso normal das operações, uma entidade pode receber recursos antes da ocorrência de um evento tributável. Em tais circunstâncias, um passivo referente ao montante equivalente àquele do recebimento antecipado é reconhecido até que o evento tributável ocorra. Assim, os recursos de tributos recebidos antes da ocorrência do fato gerador são reconhecidos como um ativo e um passivo (recebimentos antecipados) — fato permutativo, não uma variação patrimonial aumentativa — porque o evento que origina o direito da entidade aos tributos não ocorreu e o critério para o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa tributária não foi satisfeito, apesar de a entidade já ter recebido uma entrada de recursos. Os recebimentos antecipados relativos a tributos não são, em essência, diferentes de outros recebimentos antecipados. Deste modo, um passivo é reconhecido até que o evento tributável ocorra. Quando o evento tributável ocorre, o passivo é baixado e a variação patrimonial aumentativa é reconhecida (em momento posterior).
- 89 A Lei de Responsabilidade Fiscal, além de estabelecer que a administração pública deva manter sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão, fixa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a incumbência de tratar das normas específicas para o controle dos custos dos serviços públicos prestados conforme previsão orçamentária. **JUSTIFICATIVA** – Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF). Art. 50 §3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Art. 4.º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no §2º do art. 165 da Constituição e:  
- disporá também sobre:  
e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- 90 O objeto de custo do setor público corresponde a determinada unidade para a qual se deve fazer a alocação e mensuração de custos, como, por exemplo, um programa do governo para a modernização da Polícia Federal. **JUSTIFICATIVA** – Objeto de custo: é a unidade para a qual se deseja mensurar os custos. Conforme a legislação define, a informação de custos deve subsidiar os gestores tendo como objeto de custo os programas e as unidades da administração. A forma típica de alocação de recursos para a prestação de serviços públicos, independentemente de contrapartidas, corresponde ao orçamento.

- 91 As provisões e os passivos contingentes devem ser reconhecidos e registrados pela contabilidade, uma vez que, apesar de serem resultantes de eventos passados, constituem obrigações presentes, sendo provável a saída de recursos a fim de liquidar a obrigação no futuro. **JUSTIFICATIVA** – Os passivos contingentes não são reconhecidos e registrados. Provisões são obrigações existentes da entidade provenientes de eventos passados e que se espera que resulte em uma saída de fluxo de recursos relacionados a benefícios econômicos ou potencial de serviços, com a característica de terem algum grau de incerteza quanto a valor e data prevista de pagamento. Os passivos contingentes, por seu turno, podem ser:  
a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou  
b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

No que se refere ao plano de contas aplicado ao setor público e às demonstrações contábeis do setor público, julgue os próximos itens.

- 92 Na demonstração das mutações do patrimônio líquido, a conta ajustes de exercícios anteriores, a qual se destina a corrigir erro imputável a exercício, integra a conta resultados acumulados, esta também evidenciada no patrimônio líquido, no balanço patrimonial. **JUSTIFICATIVA** – No patrimônio líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.  
**Patrimônio líquido:**  
Patrimônio Social e Capital Social  
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital  
Reservas de Capital  
Ajustes de Avaliação Patrimonial  
Reservas de Lucros  
Demais Reservas  
Resultados Acumulados  
Resultado do exercício  
Resultados de exercícios anteriores  
Ajustes de exercícios anteriores  
(-) Ações / Cotas em Tesouraria  
A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, materializando os ajustes da administração direta, autarquias, fundações e fundos, integra a conta Resultados Acumulados.
- 93 No plano de contas aplicado ao setor público, as contas de execução da receita e da despesa estão segregadas em classes de contas distintas, de natureza credora e devedora, respectivamente. **JUSTIFICATIVA** - As classes apresentam a seguinte estrutura:  
1. Ativo;  
2. Passivo e Patrimônio Líquido;  
3. Variações Patrimoniais Diminutivas;  
4. Variações Patrimoniais Aumentativas;  
5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento;  
6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento;  
7. Controles Devedores;  
8. Controles Credores.  
(...)  
6 – Controles da Execução do Planejamento e Orçamento  
6.1 - Execução do Planejamento  
6.2 - Execução do Orçamento  
6.3 - Execução de Restos a Pagar.  
As contas de execução da receita e da despesa estão juntas na mesma classe de contas (6.2 - Execução do Orçamento – natureza credora), diferentemente do plano de contas anterior.

- 94 No balanço orçamentário evidencia-se o montante referente à reabertura de créditos suplementares e especiais reabertos no exercício, sob o título de saldo de exercícios anteriores. **JUSTIFICATIVA** – O balanço orçamentário evidencia o montante referente à reabertura de créditos especiais e extraordinários reabertos. Suplementares não podem ultrapassar o exercício em que foram instituídos. Lei n.º 4.320/1964. Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- 95 O superávit patrimonial do exercício, apurado na demonstração das variações patrimoniais, somado ao patrimônio líquido do exercício anterior perfaz o total do patrimônio líquido do exercício corrente, o qual fica evidenciado no balanço patrimonial. **JUSTIFICATIVA** – A demonstração das variações patrimoniais é semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da contabilidade empresarial. O resultado patrimonial do exercício deve compor o patrimônio líquido, sendo destacado na conta resultados acumulados. Para a apuração do balanço patrimonial, é necessário ter a apuração do resultado patrimonial do exercício, pelo confronto entre variação patrimonial aumentativa e variação patrimonial diminutiva (apurado na demonstração das variações patrimoniais). Uma vez apurado o resultado patrimonial do período, as contas de valor patrimonial passam a ter o saldo zerado, pela transferência para o resultado do exercício (demonstração das variações patrimoniais). Se houver superávit (variação patrimonial aumentativa maior que variação patrimonial diminutiva), ele será somado ao patrimônio líquido anterior para perfazer o patrimônio líquido atual.
- 96 Os pagamentos de juros e encargos das dívidas interna e externa são considerados como desembolsos no fluxo de caixa das atividades de financiamento. **JUSTIFICATIVA** – Desembolsos de financiamento corresponde à despesa orçamentária paga com amortização e refinanciamento da dívida, incluindo o pagamento dos restos a pagar processados e não processados referentes à amortização e ao refinanciamento da dívida. Fluxos de caixa das atividades das operações: juros e encargos da dívida; juros e correção monetária da dívida interna; juros e correção monetária da dívida externa.
- Com relação a consolidação das demonstrações contábeis, a transações no setor público, à Conta Única do Tesouro, ao SIAFI e a regime contábil, julgue os itens seguintes.
- 97 No momento da concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada e liquidada, de que decorre a saída dos recursos da Conta Única do Tesouro, gerando-se o registro de uma variação patrimonial diminutiva. **JUSTIFICATIVA** – Quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão e só com a prestação de contas do suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.
- 98 Qualquer recebimento de dívida ativa tributária ou não tributária será registrada no SIAFI como receita orçamentária, o que gera uma variação patrimonial aumentativa em função do regime contábil da competência. **JUSTIFICATIVA** – Todo recebimento de dívida ativa, qualquer seja a forma, deverá corresponder a uma receita orçamentária e simultânea baixa contábil de crédito registrado anteriormente no ativo. O recebimento da dívida ativa sem a baixa do ativo configura a ocorrência de receita sem a respectiva baixa do direito a receber, gerando uma informação incorreta nos demonstrativos contábeis do ente público. As receitas decorrentes de dívida ativa tributária ou não tributária devem ser classificadas como outras receitas correntes. O registro das receitas orçamentárias oriundas do recebimento da dívida ativa deve ser discriminado em contas contábeis de acordo com a natureza do crédito original. Também devem ser classificados em contas específicas os recebimentos referentes a multas, juros e outros encargos. Seguem os registros contábeis da baixa por recebimento do principal no órgão competente para inscrição: Código da conta título da conta: D 1.1.1.1.xx.xx Caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional (F) C 1.2.1.1.x.xx.xx Créditos a longo prazo (P) Código da conta título da conta D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a realizar C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita realizada” O recebimento de dívida ativa corresponde a uma receita, pela ótica orçamentária, com simultânea baixa contábil do crédito registrado anteriormente no ativo, sob a ótica patrimonial. O crédito foi registrado anteriormente, o que já gerou a variação patrimonial aumentativa no momento da baixa. Ocorre um fato permutativo.
- 99 No processo de consolidação das contas públicas, a demonstração das mutações no patrimônio líquido será obrigatoriamente elaborada por ente incorporador de empresa estatal dependente. **JUSTIFICATIVA** – A demonstração das mutações no patrimônio líquido será obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes e para os entes que as incorporarem no processo de consolidação das contas.
- 100 O gasto com a aquisição de *software* deve ser classificado como despesa de capital e deve ser registrado no ativo intangível ou imobilizado. **JUSTIFICATIVA** – Os *softwares* devem ser tratados como ativos imobilizados ou intangíveis. Conforme este Manual, para saber se um ativo que contém elementos intangíveis e tangíveis deve ser tratado como ativo imobilizado ou como ativo intangível, a entidade avalia qual elemento é mais significativo. Por exemplo, um *software* de uma máquina-ferramenta controlada por computador que não funciona sem esse *software* específico é parte integrante do referido equipamento, devendo ser tratado como ativo imobilizado. Isso se aplica ao sistema operacional de um computador. Quando o *software* não é parte integrante do respectivo *hardware*, ele deve ser tratado como ativo intangível.

A respeito de tributos, julgue os itens que se seguem.

- 101** Em virtude da imunidade tributária recíproca dos entes da Federação, os pagamentos efetuados por prefeitura municipal a empresa, em decorrência da prestação de serviço de coleta de lixo, não estão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte. **JUSTIFICATIVA** – O art. 649, *caput*, do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto n.º 3.000/1999), estabelece que estão sujeitos à incidência do imposto na fonte à alíquota de um por cento os rendimentos pagos ou creditados por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas civis ou mercantis pela prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e por locação de mão-de-obra. A imunidade recíproca não se aplica, porque o sujeito passivo nesse caso não é o Município, mas a pessoa jurídica contratada para o serviço de coleta de lixo.
- 102** Suponha que determinada lei tenha instituído norma reservando privativamente à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) o direito de fiscalizar as empresas aéreas em operação no país. Nessa situação, a regra criada não tem efeito sobre a competência das autoridades tributárias de examinar livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais das referidas empresas aéreas. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o art. 195, *caput*, do Código Tributário Nacional (Lei n.º 5.172/1966), quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar a contabilidade das pessoas jurídicas não têm aplicação para os efeitos da legislação tributária.

Acerca das contribuições sociais e do imposto sobre serviços (ISS), julgue os itens a seguir.

- 103** Considere que determinado órgão público da administração direta tenha assinado contrato com cooperativa de trabalho para a realização dos serviços de vigilância. Nessa situação, a cooperativa contratada ficará responsável pelo desconto na remuneração repassada ou creditada da contribuição previdenciária correspondente a contribuintes individuais. **JUSTIFICATIVA** – Conforme a Instrução Normativa RFB n.º 971/2009, art. 65, inc. II, alíneas “a” e “b”, se o serviço tivesse sido prestado a entidades beneficentes isentas das contribuições patronais, a cooperativa seria obrigada a descontar 20% do valor da remuneração repassada. Como este não é o caso, uma vez que se trata de órgão público da administração direta, compete à cooperativa descontar a contribuição previdenciária correspondente ao contribuinte individual.
- 104** Suponha que determinado órgão público tenha efetuado pagamento a pessoa jurídica de direito privado a título de remuneração pela licença de uso, necessário à sua atividade fim, de programa de computador, sem previsão para a prestação de serviços de suporte técnico. Nessa situação, o órgão público pagador está dispensado de fazer a retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). **JUSTIFICATIVA** – Quando o pagamento de licença de uso de programas de computador não inclui a prestação de serviços de suporte técnico, a pessoa jurídica pagadora fica dispensada da retenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

- 105** O regime monofásico de tributação da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) consiste em um método de apuração em que o tributo é exigido por inteiro sempre que ocorre a hipótese de incidência, não havendo a possibilidade de crédito sobre os valores pagos em operações anteriores. **JUSTIFICATIVA** – A descrição feita no enunciado corresponde ao regime cumulativo de tributação do Programa de Integração Social (PIS). No regime monofásico, por outro lado, atribui-se a um único contribuinte da cadeia produtiva a responsabilidade pela contribuição devida por toda a cadeia.
- 106** Suponha que determinado órgão público tenha assinado contrato, a preço determinado, com pessoa jurídica de direito privado, para o fornecimento de serviço de bufê em cerimônias oficiais. Nessa situação, o pagamento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) deverá ser efetuado no momento em que a despesa for regularmente empenhada. **JUSTIFICATIVA** – No caso de fornecimento de bens ou serviços a preço predeterminado, contratados por pessoa jurídica de direito público, o pagamento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pode ser diferido, pelo contratado, até a data do efetivo recebimento do preço, conforme estabelece a Lei n.º 9.718/1998, art. 7º, *caput*.
- 107** Se determinada empresa privada obtiver permissão ou concessão para a exploração econômica de rodovia federal, ela será obrigada ao pagamento do ISS incidente sobre os serviços de conservação de vias públicas e devido aos municípios incluídos no curso da rodovia. **JUSTIFICATIVA** – O art. 1º, § 3º, da Lei Complementar n.º 116/2003, determina que o ISS incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

No que se refere à legislação básica sobre tributos e contribuições, julgue os itens subsequentes.

- 108** Considere que determinada fundação mantida pelo poder público tenha contratado a prestação de serviços de instalação de andaimes em seu edifício principal. Considere, ainda, que o domicílio do prestador do serviço localize-se em município diverso daquele da sede da fundação. Nessa situação, prevalecerá como local para o pagamento do ISS o domicílio do prestador do serviço. **JUSTIFICATIVA** – Nessa situação, o serviço é prestado e o imposto é devido no local da instalação dos andaimes, conforme Lei Complementar n.º 116/2003, art. 3º, inc. II.
- 109** O servidor contratado pela União ou por qualquer uma de suas autarquias ou fundações de direito público deve ser considerado segurado empregado da contribuição previdenciária, ainda que seu contrato de trabalho seja por tempo determinado, para atender a necessidade temporária. **JUSTIFICATIVA** – De acordo com o art. 11, inc. I, da Instrução Normativa RFB n.º 971/2009, o servidor contratado pela União, incluídas suas autarquias e fundações de direito público, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária é considerado trabalhador autônomo para fins de contribuição obrigatória do RGPS.
- 110** Suponha que determinado servidor público tenha recebido suprimento de fundos para o pagamento de serviço por meio do cartão de pagamento do governo federal (CPGF) e que o serviço prestado esteja sujeito à tributação do imposto de renda e das contribuições sociais. Nessa situação, a retenção na fonte será efetuada pela entidade pagadora sobre o total a ser pago ao prestador do serviço, devendo o pagamento com o CPGF ser realizado pelo valor líquido. **JUSTIFICATIVA** – O mecanismo de retenção dos tributos especificado na situação hipotética é determinado pelo art. 10, *caput*, da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.

Considerando que uma pessoa tenha aplicado um capital pelo período de 10 anos e que, ao final do período, ela tenha obtido o montante de R\$ 20.000,00, julgue os itens a seguir.

- 111 Se o montante resultou da aplicação de um capital inicial à taxa mensal de juros simples de 0,5%, então o capital inicial era superior a R\$ 10.000,00. **JUSTIFICATIVA – Se C representa o valor da indenização inicial, então tem-se  $20.000 = C + C \times 10 \times 12 \times 0,5/100$ . Logo,  $1,6C = 20.000$  ou  $C = 20.000/1,6 = 12.500,00$ .**
- 112 Considere que, com parte do montante, o aplicador tenha comprado um bem e aplicado o restante por 4 meses, à taxa mensal de juros compostos de 7% e recebido R\$ 10.480,00 ao final desses 4 meses. Nessa situação, considerando 1,31 como valor aproximado para  $1,07^4$ , o bem custou mais de R\$ 11.500,00. **JUSTIFICATIVA –  $(20.000 - B)1,07^4 = 10.480$  e  $20.000 - B = 10.480/1,31 = 8.000$ . Logo,  $B = 12.000$**
- 113 Se o montante for depositado, por um mês, em uma conta que remunera os valores depositados à taxa de juros compostos de 3% ao mês e se a inflação nesse mês for de 1%, então o ganho real nesse mês será superior a R\$ 400,00. **JUSTIFICATIVA – A taxa real de juros  $i_R$  satisfaz  $3\% = i_R + 1\% + 1\% \cdot i_R$ , ou seja,  $i_R + i_R/100 = 2/100$ . Logo,  $101i_R/100 = 2/100$  ou  $i_R = 2/101$ . Portanto, o valor dos juros será igual a  $40.000/101 = 396,01$ .**
- 114 Se o montante corresponder a 125% de uma dívida do aplicador em questão, então o valor dessa dívida será superior a R\$ 15.000,00. **JUSTIFICATIVA – O valor era igual a  $20.000/125 = 16.000$ .**

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética a respeito de sistemas de amortização, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 115 Em uma negociação, ficou acertado o pagamento de R\$ 40.000,00 em 8 prestações, mensais e consecutivas, à taxa de juros de 5% ao mês; a primeira prestação será paga 1 mês após o acerto e o regime combinado foi o sistema de amortização constante (SAC). Nessa situação, o valor da terceira prestação será superior a R\$ 6.800,00. **JUSTIFICATIVA – A cota de amortização é igual a  $40.000,00/8 = 5.000,00$ . O valor dos juros da terceira prestação é igual aos juros de 5% sobre 30.000 que é igual a R\$ 1.500,00. Portanto, o valor da terceira prestação corresponde a  $R\$ 5.000,00 + 1.500,00 = 6.500,00$ .**
- 116 Um empréstimo de R\$ 20.000,00, pelo sistema Price, será amortizado em 4 prestações mensais, consecutivas e iguais, de R\$ 5.509,80; a primeira será paga um mês após a tomada do empréstimo. Nessa situação, se a taxa de juros compostos cobrados na operação for de 48% ao ano, então, após o pagamento da segunda prestação, o saldo devedor será superior a R\$ 10.000,00. **JUSTIFICATIVA – A tabela Price para esse financiamento até a segunda parcela é:**

	Prestação	Amortização	Juros	Dívida
				20.000,00
1	5509,80	4709,80	800,00	15290,20
2	5509,80	4898,19	611,61	10.392,01

Portanto, o valor da dívida é superior a R\$ 10.000,00 com o pagamento da segunda parcela.

Cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de rendas ou anuidades.

- 117 Na venda de um veículo que custa R\$ 40.000,00, uma concessionária ofereceu ao cliente as seguintes opções de pagamento:
- I à vista, com 12,5% de desconto;
- II em 4 parcelas mensais, iguais e consecutivas, de R\$ 10.000,00, à taxa de juros de 10% ao mês; a primeira deve ser paga no ato da compra.
- Nesse caso, considerando 0,91, 0,83 e 0,75 valores aproximados para  $1,1^{-1}$ ,  $1,1^{-2}$  e  $1,1^{-3}$ , respectivamente, a opção II será a mais vantajosa para o cliente. **JUSTIFICATIVA – Na proposta I, o cliente pagaria R\$ 35.000,00 à vista. Na proposta II, antecipando-se o pagamento das outras 3 prestações para a data de pagamento da 1.ª prestação, obtém-se  $10.000,00 + 10.000,00/1,1 + 10.000,00/1,1^2 + 10.000,00/1,1^3 = 10.000,00 + 10.000,00 \times 0,91 + 10.000,00 \times 0,83 + 10.000,00 \times 0,75 = 10.000,00 + 9.100,00 + 8.300,00 + 7.500,00 = 34.900,00$ . Logo, a proposta II é mais vantajosa para o cliente.**
- 118 Um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 deve ser quitado em 2 prestações anuais, consecutivas e iguais, de R\$ 90.000,00; a primeira deverá ser paga um ano após a tomada do empréstimo. Nesse caso, se a inflação em cada um desses dois anos for de 20%, o custo efetivo desse empréstimo será superior a 27% ao ano. **JUSTIFICATIVA – A taxa aparente desse financiamento pode ser dada por  $10.0000,00 = 90.000,00(1/(1+i) + 1/(1+i)^2)$ . Assim, tem-se que  $10(1+i)^2 = 9(1+i) + 9$  ou  $10(1 + 2i + i^2) = 18 + 9i$  à  $10i^2 + 11i - 8 = 0$  ou  $i = (-11+21)/20 = 0,5$ . Logo a taxa real pode ser obtida por  $i_R = (i - 0,2)/(1+0,2) = 0,3/1,2 = 3/12 = 1/4 = 0,25 = 25\%$ .**

Para adquirir um imóvel, Arnaldo deposita R\$ 2.000,00, mensalmente, em uma conta que remunera os depósitos à taxa de juros compostos mensais  $i$ . Considerando que os depósitos sejam realizados sempre na mesma data e assumindo 1,172 como valor aproximado para  $1,02^8$ , julgue os itens seguintes.

- 119 Se  $i$  for igual a 2%, então, no momento do oitavo depósito, o montante na conta será inferior a R\$ 17.000,00. **JUSTIFICATIVA – O montante será igual a  $2000 \times [(1,02)^7 + (1,02)^6 + (1,02)^5 + (1,02)^4 + (1,02)^3 + (1,02)^2 + (1,02) + 1] = 2000 \times [(1,02)^8 - 1]/0,02 = 100000 \times 0,172 = 17.200,00$ .**
- 120 Suponha que os 23 primeiros depósitos tenham sido feitos regularmente e que, no momento do 24.º depósito, Arnaldo tenha feito uma retirada, de modo que a taxa interna de retorno do fluxo de caixa dessa conta nesse período fosse de 2% ao mês. Nesse caso, considerando 1,61 como valor aproximado para  $1,172^3$ , a retirada foi superior a R\$ 58.000,00. **JUSTIFICATIVA – A 23ª prestação rende juros de 2%. Logo, o fluxo:  $2.000[1,02 + 1,02^2 + \dots + 1,02^{23}] - V = 0$ . Portanto,  $V = V = 2.000 = \frac{1,02^{24} - 1,02}{1,02 - 1} = 2.000 \frac{1,61 - 1,02}{0,02} = 2.000 \times 29,5 = 59.000$ .**

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **13 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

A formação de grupos econômicos tem se revelado uma tendência no cenário econômico brasileiro e mundial. Tal fato é motivado principalmente pela necessidade de maximização do lucro, de melhoria da produtividade e de redução de custos, com vistas a tentar garantir uma posição de maior destaque, por parte de cada uma das empresas que compõem o grupo, em um mercado que se revela cada vez mais competitivo. Existe um grupo econômico quando duas ou mais empresas, mesmo que cada uma delas tenha personalidade jurídica própria, se encontram sob a direção, o controle ou a administração de outra entidade. A contabilidade tem entendido o grupo econômico como uma entidade contábil específica, tendo definido regras próprias para a elaboração de demonstrações financeiras que revelem a situação econômico-financeira do grupo econômico como um todo, por meio de um processo conhecido por consolidação. Nesse sentido, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável no Brasil pela elaboração de normas em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade, publicou o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, voltado especificamente para o tema.

Considerando o estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, redija um texto dissertativo acerca dos procedimentos contábeis voltados para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes pontos:

- ▶ caso em que ocorre o controle da investida pelo investidor, atributos que definem o controle de uma entidade sobre outra e circunstância característica da existência de controle conjunto; [valor: 3,50 pontos]
- ▶ procedimentos contábeis a serem adotados na consolidação, inclusive em relação aos resultados não realizados e à aplicação de políticas contábeis de forma geral; [valor: 6,00 pontos]
- ▶ tratamento contábil a ser adotado em relação à participação de não controladores. [valor: 3,00 pontos]

### PADRÃO DE RESPOSTA

O CPC 36, nos seus itens 6 e 7, considera que o investidor controla a investida quando está exposto a (ou tem direitos sobre) retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Assim, os atributos para a definição de controle são os seguintes: (i) poder sobre a investida (direitos que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. Ressalte-se que todos os fatos e as circunstâncias devem ser considerados para se avaliar se um investidor controla a investida. O controle conjunto se dá quando dois ou mais investidores têm que agir em conjunto para dirigir as atividades relevantes da investida. Nessa circunstância, como nenhum investidor tem a possibilidade de dirigir as atividades sem a cooperação dos demais investidores, nenhum deles controla individualmente a investida.

De acordo com o item B36 do CPC 36, os procedimentos contábeis a serem adotados na consolidação são os seguintes: (i) combinar itens similares de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora com os de suas controladas; (ii) compensar (eliminar) o valor contábil do investimento da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada; e (iii) eliminar integralmente ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre entidades do grupo (resultados decorrentes de transações intragrupo que sejam reconhecidos em ativos, tais como estoques e ativos fixos conhecidos como resultados não realizados, são eliminados integralmente).

Com relação às políticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações consolidadas, o CPC determina a utilização de práticas contábeis uniformes para transações similares e outros eventos em circunstâncias similares. Nesse sentido, de acordo com o item B87, do CPC 36, "se um membro do grupo utilizar políticas contábeis diferentes daquelas adotadas nas demonstrações consolidadas para transações similares e eventos em circunstâncias similares, devem ser feitos ajustes apropriados às demonstrações contábeis desse membro do grupo na elaboração das demonstrações consolidadas para garantir a conformidade com as políticas contábeis do grupo".

No que se refere ao tratamento a ser dispensado à participação de não controladores, dois aspectos merecem destaque.

O primeiro diz respeito ao item B94 do CPC 36, que estabelece o seguinte: "a entidade deve atribuir os lucros e os prejuízos e cada componente de outros resultados abrangentes aos proprietários da controladora e às participações de não controladores". A entidade deve atribuir também o resultado abrangente total aos proprietários da controladora e às participações de não controladores, ainda que isto resulte em que as participações de não controladores tenham saldo deficitário.

Outro aspecto relevante trata da apresentação da participação de não controladores no balanço patrimonial. Nesse sentido, o item 22 do CPC 36 reza o seguinte: "uma controladora deve apresentar as participações de não controladores no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido dos proprietários da controladora".